



# ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### Ata nº 1/2017

Em 04 de fevereiro de 2017, após convocatória nacional, reuniu-se na sede nacional da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima, sito em Avenida de Ceuta Norte, Lote 14, Loja 1, 1350-410, Lisboa, em sessão ordinária os membros da Assembleia-geral da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberação sobre ação disciplinar associativa
2. Apresentação, discussão e deliberação do Relatório de Atividades e Contas de 2016
3. Deliberações sobre: o valor da quota para 2017; o valor da jóia de admissão e readmissão: 2ª via do Cartão de Sócio
4. Deliberação do local de realização do 26º Aniversário
5. Atribuição do Prémio Marques Ferreira
6. Deliberação sobre a constituição dos órgãos sociais
7. Apresentação, discussão e deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2017
8. Diversos (Discussão de assuntos de carácter geral com interesse para a ASPPM)

### **NOTAS:**

1. Constituem documentos bastantes, sólidos e de prova para a elaboração da presente Ata todos os documentos que sustentam a convocatória, nomeadamente, o processo disciplinar suscitado no ponto 1, o Relatório de Atividades e Contas de 2016, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017 e os resultantes da atribuição do prémio referido no ponto 5. Tais documentos estão arquivados em sede própria na sede da ASPPM e constituem anexos virtuais à ata.
2. Compõe a ata também a Lista de Presenças devidamente assinada pelos presentes e doravante discriminados.
3. Além dos presentes na sede da ASPPM, participaram por videoconferência na dita Assembleia-geral ordinária três associados.

### **QUESTÃO PRÉVIA:**

O ponto 6 “*Deliberação sobre a constituição dos órgãos sociais*” constante da ordem de trabalhos, devido a questões administrativas não foi sujeito à apreciação da Assembleia-geral, nem tão pouco foi suscitado pelos presentes.



Marcaram presença na Assembleia-geral ordinária doze (12) Associados, no pleno gozo de direitos associativos, constantes dos registos:

- ✓ Sócio 316 – Fernando Manuel Barreiros da Silva (videoconferência R.A. Madeira)
- ✓ Sócio 459 – Vítor Hugo de Matos Mendes (videoconferência R.A. Açores)
- ✓ Sócio 323 – Aníbal Lopes Rosa
- ✓ Sócio 342 – Joaquim António Raminhos Cunha
- ✓ Sócio 518 – Luís Miguel Simões Azevedo Nazaré
- ✓ Sócio 451 – Valdemar Mota Pedrosa
- ✓ Sócio 463 – Rui Miguel da Silva Veiga
- ✓ Sócio 551 – João Paulo Martinho da Graça
- ✓ Sócio 499 – Joaquim Miguel Moreira de Magalhães Soares (videoconferência)
- ✓ Sócio 167 – José Manuel Martins Pires
- ✓ Sócio 505 – Mário Gomes Rodrigues
- ✓ Sócio 65 – José Fernando Mangas da Cruz Santos



Compuseram a mesa da Assembleia-geral o seu Presidente da MAG, Luís Nazaré, o Vice-presidente da MAG Joaquim Cunha (que secretariou), o Presidente da Direção Nacional, Aníbal Rosa e o Tesoureiro, Valdemar Pedrosa.

Os trabalhos iniciaram-se às 10:47 horas e terminaram pelas 14:00 horas cumprindo-se na íntegra a ordem de trabalhos, exceto o ponto 6 conforme já explicado.



#### **1. DELIBERAÇÃO SOBRE AÇÃO DISCIPLINAR ASSOCIATIVA (10:47 horas - 11:45 horas)**

- a)** O Presidente da MAG iniciou a discussão da situação com a explicação dos elementos constituintes do processo disciplinar que correu contra o associado n.º 290 – Pedro Miguel Moita Jardim com a leitura das conclusões do mesmo. Como referido, o processo constitui prova sólida e física e encontra-se arquivado em sede própria.
- b)** Considerou a Direção Nacional que o processo não enferma de nulidades e os factos resultaram provados, nomeadamente, pelo associado ter intentado ações públicas contra a unidade associativa e ter por isso sonogado os seus deveres de associado, praticando atos de severa

gravidade que resultaram em infração disciplinar extrema, consequentemente **propondo a expulsão do referido associado.**

c) Tornado público o processo e a proposta da DN, o presidente da MAG submeteu-a à deliberação dos 12 associados presentes, da qual resultou no seguinte:

- **A favor da expulsão – 6 votos**
- Contra a expulsão – 2 votos
- Abstenções – 4 votos

d) Refira-se que três votantes a favor da expulsão emitiram declaração de voto, expondo basicamente o porquê da sua direção de voto e as razões que a levaram a esse termo.

e) O presidente da Direção Nacional fez questão de elucidar a assembleia sobre as razões da proposta de expulsão.

f) Subsequentemente, a assembleia magna da ASPPM votou pela expulsão do associado n.º 190 Pedro Miguel Moita Jardim da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima.

g) Ainda na senda do processo disciplinar e, concretamente, sobre um dos documentos constantes do mesmo, especificamente, a ata que os graduados da PM assinaram após a reunião concretizada em 4-11-2016 e que serviu de base ao processo tal a gravidade da mesma, considerando a DN que violava a lei associativa, a mesma DN propôs à assembleia-geral que opinasse se se deveria iniciar procedimento disciplinar de igual teor contra todos os elementos associados que assinaram a ata, tendo a assembleia-geral decidido superiormente por maioria pelo **não início de qualquer procedimento disciplinar**, concretizando-se nos 12 associados presentes;

- A favor do início de procedimento disciplinar - 3 votos
- Contra o início do procedimento disciplinar – 9 votos



2. Pelas 11:40 horas o Sócio 505 – Mário Gomes Rodrigues abandonou a Assembleia-geral da ASPPM.



3. Cerca das 12:00 horas o Sócio 499 – Joaquim Miguel Moreira de Magalhães Soares abandonou a Assembleia-geral da ASPPM, tendo regressado aos trabalhos pelas 13:33 horas.



**4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2016 E APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 (11:47 horas – 12:40 horas)**

- a) Estas duas deliberações foram discutidas no mesmo ponto e na mesma sequência por se considerar estarem intrinsecamente ligadas.
- b) O PDN explicou aos associados toda a ação associativa desenvolvida, pormenorizando todos os factos relevantes durante todo o ano transato assim como esclareceu a assembleia os pontos e os assuntos que iriam ser objeto de atividade associativa para o ano de 2017, a qual dado tratar-se de matéria de importância que se julga ser oportuno registar especificamente em ata, não obstante os comunicados aos sócios sobre a matéria e amplamente divulgados, individualizam-se os assuntos da atividade associativa para o ano de 2017:
- Continuação dos contactos com os demais grupos parlamentares, para exposição dos problemas dos profissionais da PM;
  - Retomar a luta pela liberdade sindical;
  - Participação na discussão do projeto de resolução nº 531/XIII/2.<sup>a</sup> - Criação de uma lei orgânica da polícia marítima, de acordo com a sua missão, competências e a sua natureza civil;
  - Participação na discussão do Projeto de Lei n.º 349/XIII- 2.<sup>a</sup> que aprova o estatuto da condição policial;
  - Negociação dos direitos estatutários ainda não reconhecidos.
- c) O Tesoureiro passou à explicação do relatório e contas do exercício de 2016, expondo minuciosamente, com recurso aos meios tecnológicos existentes na sede, as contas e a realidade financeira da ASSPM. Demonstrou a sua preocupação devido ao subfinanciamento que a ASSPM vive resultante da falta de cotização bastante para fazer face à atividade associativa. Quer em termos de falta de associados ou aumento de cotas. Explicando já o recurso a provisões à ordem. Apresentou igualmente o orçamento para 2017.
- d) O presidente do Conselho Fiscal pronunciou-se sobre os factos, rematando com um parecer favorável com louvor, uma vez que face à difícil realidade financeira atual a gestão orçamental foi feita com sabedoria e empenho.
- e) Nenhum dos 10 associados presentes tomaram a palavra, pelo que depois de submetido à deliberação foi aprovado por UNANIMIDADE.



5. DELIBERAÇÕES SOBRE: O VALOR DA QUOTA PARA 2017; O VALOR DA JÓIA DE ADMISSÃO E READMISSÃO: 2ª VIA DO CARTÃO DE SÓCIO (12:43 horas – 13:00 horas)

- a) O PDN tomou a palavra e considerou não estar a DN em condições de apresentar uma proposta cabal devido ao contexto atual em relação à cotização, assim como entender que o assunto era sério e sensível para apenas ser discutido por apenas 10 associados presentes, relevando para mais tarde e em futuras reuniões suscitar este problema.
- b) Muito embora não tenha havido proposta da DN sobre o valor da cota para o ano de 2017, e depois de colocadas questões sobre este assunto pelo Sócio 167 – José Manuel Martins Pires, foi submetido à votação uma proposta para aumento imediato da cota, sem valor definido, resultando o seguinte dos 10 associados presentes:
  - A favor de aumento imediato da cota – 3 votos
  - Contra o aumento imediato da cota – 7 votos
- c) **Consequentemente, foi aprovado por maioria o não aumento imediato da cotização para 2017.**
- d) Relativamente ao valor da jóia de admissão e readmissão e 2.ª via do cartão de sócio, o PDN propôs a manutenção dos valores atuais.
- e) Submetida à deliberação dos 10 associados presentes a proposta da DN, foi aprovada por UNANIMIDADE.



6. DELIBERAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO 26º ANIVERSÁRIO (13:12 horas – 13:14 horas)

- a) Por proposta do PDN o 26.º Aniversário da ASPPM irá realizar-se no Norte, em local a definir, após aprovação por UNANIMIDADE dos 10 associados presentes.



7. ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO MARQUES FERREIRA (13:15 horas – 13:20 horas)

- a) O Presidente a MAG passou à apresentação da única candidatura existente, filha do associado Vítor Magina, tendo explicado o conteúdo da candidatura e referindo não existirem nulidades na mesma, pelo que depois de submetida à aprovação da assembleia todos os 10 associados votaram a favor com voto de aclamação e louvor pela nota alcançada.



**8. DIVERSOS (DISCUSSÃO DE ASSUNTOS DE CARÁCTER GERAL COM INTERESSE PARA A ASPPM) (13:20 horas – 13:55 horas):**

- a)** O Sócio 167 – José Manuel Martins Pires fez uma intervenção colocando duas questões à Direção Nacional, nomeadamente, questionando a relação da qualidade/serviço prestado no apoio jurídico dado pelo causídico com avença da ASPPM. Considerando ter conhecimento de alguns casos em que, no seu entender, o apoio jurídico era deficitário tecnicamente e ou juridicamente. Sugerindo uma consulta ao mercado para aquilatar de novo causídico que prestasse um outro tipo de apoio. Quanto à outra questão pediu um esclarecimento sobre o porquê da votação contra no Conselho da Polícia Marítima para a promoção por distinção do malogrado Ag. Adriano Martins.
- b)** Quanto à primeira questão, o Tesoureiro esclareceu o sócio e a Assembleia que já tinha sido efetuado um estudo a outros escritórios de advogados para prestarem um apoio jurídico, no entanto devido aos valores envolvidos não restava outra opção senão continuar com o atual, uma vez que apenas tinha uma avença de 400 euros mensais perfeitamente comportável para as contas da ASPPM. Dando como exemplo, um escritório com reputação na praça ter pedido somente para abertura de porta 1000 euros, excetuando todos os outros atos necessários.
- c)** Em relação à outra questão e já com o sócio Miguel Soares a acompanhar os trabalhos, este pediu a palavra uma vez ter sido ele a acompanhar a votação e a esclarecer o seu sentido de voto. Até porque se sentia ofendido na sua hora porque circulavam rumores que não eram verdade e estava chegada a hora e o local para repor e verdade dos factos. O sócio Miguel Soares, há data da votação era o presidente da PDN mas, conforme fez questão de esclarecer, a sua presença no Conselho da PM era na qualidade de conselheiro, embora na qualidade de presidente da DN, desresponsabilizando assim toda e qualquer responsabilidade da suas ações neste Conselho para a ASPPM. Confirmou que o malogrado AG. Adriano Martins, ao contrário do que circulava, não tinha sido promovido por distinção não por ele ter votado contra mas por uma outra razão qualquer que ele desconhecia. Isto porque, ele fez um voto de vencido, devidamente fundamentado, e não era apenas pelo seu voto contra que o processo não teve outro desfecho. Porque votaram muitos mais conselheiros, não se percebendo que só o seu voto contra era o bastante para parar o processo.
- Perante isto, esclareceu ainda a assembleia que votou contra a promoção por distinção porque entendeu que os pressupostos fixados não estavam reunidos no processo, não existindo qualquer facto em concreto, apenas que o processo sugeria a promoção devido à infelicidade da sua morte. Sendo que na sua opinião, porque razão os outros camaradas que estavam com

o Ag. Martins no salvamento não poderiam ser eles também promovidos por distinção? Apenas porque não tinham falecido na ação?

Rematou que lamentava a morte do Ag. Martins mas que por consciência tinha votado contra a sua promoção por distinção considerando que o processo não era justo em relação aos outros camaradas.

d) O sócio Martins Pires acolheu as explicações e afirmou estar esclarecido.

e) O Sócio 316 – Fernando Manuel Barreiros da Silva suscitou a questão à DN que se fizesse contato com o Comando-geral da Polícia Marítima para que a ASPPM pudesse apresentar a sua linha de ação junto dos estagiários, esclarecendo o PDN que esse assunto já tinha sido abordado, porém, por dificuldades administrativas e jurídicas, nomeadamente, devido ao facto dos estagiários ainda não serem verdadeiramente Agentes da PM, não era possível haver um contato direto no seu local de formação e também porque de acordo com a informação do chefe da escola da EAM apenas dois ou três estagiários ficavam na escola após a formação diária enquanto que os outros iam para casa, inviabilizando desta forma a ida à escola.



O documento referido na alínea g) do ponto 1 desta Ata, constitui anexo físico da mesma.



Nada mais havendo a deliberar o Presidente da MAG deu por encerrados os trabalhos, obtendo da Assembleia o tradicional voto de confiança na elaboração da presente Ata.\*\*\*

O Presidente

O Secretário